



**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE
ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA**



**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE
ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA**

“A Enfermagem é uma arte; e para realizá-la como arte ,requer uma devoção tão exclusiva ,um preparo tão rigoroso ,quanto a obra de qualquer pintor ou escultor; pois o que é tratar da tela morta ou do frio mármore comparado ao tratar do corpo vivo ,o templo do espírito de Deus? É uma das artes; poder-se-ia dizer, a mais bela das artes!”

“Conheça todas as teorias, Domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.”

Carl Gustav Jung

João Felix de Andrade

Prefeito Municipal de Campo Maior-PI

Dorilene Gomes Vidal Felix de Andrade

Secretária Municipal de Saúde de Campo Maior - PI

Giselle Mary Ibiapina Brito

Coordenadora da Atenção Primária a Saúde

REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA

Elaborado por:

Giselle Mary Ibiapina Brito

Coordenadora da Atenção Básica


Marcia Luizy Melo Gedeon
Residência
COREN-PI 000.157.415

Responsável Técnica

Grupo de Trabalho com revisão do Regimento de Enfermagem

- Fernanda Lorrany Silva
- Lara Andrade Paz Cavalcanti
- Kerolayne Lopes da Costa
- Petterson Danilo de Oliveira Lima Goiano
- Patrícia Rodrigues Vieira

LISTADESIGLAS

COFEN – Conselho Federal de Enfermagem

COREN – Conselho Regional de Enfermagem

MEC– Ministério da Educação e Cultura

ACS– Agente Comunitário de Saúde

ABS – Atenção Básica à Saúde

UBS– Unidade Básica de Saúde

ESF– Equipe Saúde da Família

SMS- Secretaria Municipal de Saúde

SUS– Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1.Introdução -----	07
Capítulo I-----	11
1.Das finalidades e objetivo-----	11
Capítulo II-----	11
2. Posição do Serviço de Enfermagem-----	11
Capítulo III -----	12
3.Da composição -----	12
Capítulo IV -----	12
4.Da competência -----	12
Capítulo V -----	14
5. Do Pessoal e Requisitos -----	14
Capítulo VI -----	15
6. Do Pessoal e suas Atribuições -----	15
Capítulo VII -----	18
7. Do horário de trabalho -----	18
Capítulo VIII -----	18
8. Disposições Gerais ou Transitórias -----	18
9. Diretrizes - administração do serviço de enfermagem atenção básica /SMS-CM - organização básica de enfermagem em unidades de saúde -- -----	20
--	
10. Supervisão em enfermagem – (visita técnica) -----	21
11. Sistematização da Assistência de Enfermagem -----	21
12. Considerações Finais -----	25
13. Referências Bibliográficas -----	26

INTRODUÇÃO

O município de Campo Maior-Pi, possui uma população de acordo com o IBGE (2017) é de aproximadamente 46.082 habitantes. O município está localizado na porção meio norte do Estado do Piauí. Limitando-se ao Norte com Cabeceiras, Boqueirão do Piauí., Nossa Senhora de Nazaré e Cocal de Telhas, ao Sul com Coivaras, a Leste com Sigefredo Pacheco e Jatobá do Piauí, e a Oeste com Altos e José de Freitas (IBGE, 2017). Acompanhando um movimento nacional de reorganização dos serviços de Atenção Primária à Saúde a implantação das primeiras equipes de saúde da família (eSF) deu-se em 2000, com 8 equipes, em 2001 com 13 equipes, 2005 com 18 equipes, 2011 com 19 equipes e atualmente (2018) conta com 21 equipes de saúde da família (eSF), 21 equipes de saúde bucal (eSB) e 2 núcleos ampliados de saúde da família e atenção básica (Nasf-AB), atingido 100% de cobertura populacional.

Estas foram inseridas nas estruturas já existentes das Unidades Básicas de Saúde (UBS) o que potencializou o primeiro contato ao Sistema de Saúde pelo acolhimento, vínculo responsável, trabalho em equipe, vigilância em saúde, planejamento e programação das ações.

De acordo com a nova política de Atenção Básica (PNAB), a Estratégia de Saúde da Família (ESF) passou a ser a estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica, bem como ser o primeiro lugar de procura para a resolução dos principais problemas de saúde, apresentando, dentre outros aspectos, uma gestão do trabalho orientada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, atuando em Unidades Básicas de Saúde (UBS), que devem realizar ações de promoção, proteção, tratamento e recuperação da saúde individual e coletiva por meio de uma integração essencial com a vigilância em saúde. Essas ações são dirigidas à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

A AB considera a pessoa em sua integralidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral, incorporar as ações de vigilância em saúde, além disso, visa o planejamento e a implementação de novas políticas para a proteção

da saúde da população, a prevenção, controle de riscos, agravos e doenças bem como para a promoção da saúde.

Visando proibir qualquer tipo de exclusão, a AB adota estratégias que permitem minimizar desigualdades/iniquidades, de modo a evitar exclusão social de grupos que possam vir a sofrer estigmatização ou discriminação. A AB está baseada em princípios e diretrizes do SUS e das RAS norteadoras da universalidade, equidade, integralidade, regionalização, hierarquização, territorialização, população adscrita e cuidado centrado na pessoa, resolutividade, longitudinalidade do cuidado, coordenação do cuidado, ordenação da rede e participação da comunidade.

A PNAB recomenda que a UBS tenham seu funcionamento com carga horária mínima de 40 h semanais, no mínimo 5 dias da semana e nos 12 meses do ano, facilitando o acesso da população, onde cada eEF e eAB sejam responsáveis por uma população adscrita de 2000 a 3500. Uma eSF é composta no mínimo por um médico, preferencialmente especialista em medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família, auxiliar e /ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate as endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: Cirurgião dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal. Todos os profissionais com carga horária de 40 horas /semanais.

E ainda para complementar a eSF e de Atenção Básica eAB, o NASF- AB Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB) constitui uma equipe multiprofissional e interdisciplinar composta por categorias de profissionais da saúde, complementar às equipes que atuam na Atenção Básica. É formada por diferentes ocupações (profissões e especialidades) da área da saúde, atuando de maneira integrada para dar suporte (clínico, sanitário e pedagógico) aos profissionais das equipes de Saúde da Família (eSF) e de Atenção Básica (eAB).

Antes da implantação da nova PNAB, o Enfermeiro era o profissional responsável em gerenciar e coordenar toda a eSF, hoje uma das importantes incorporações da Política Nacional de atenção Básica foi o Gerente de Atenção Básica que tem como objetivo contribuir para o aprimoramento e qualificação do processo de trabalho nas Unidades Básicas de Saúde, em especial ao fortalecer a atenção à saúde prestada pelos profissionais das equipes à população adscrita, por

meio de função técnico-gerencial. A inclusão deste profissional deve ser avaliada pelo gestor, segundo a necessidade do território e cobertura de AB. Entende-se por Gerente de AB um profissional qualificado, preferencialmente com nível superior, com o papel de garantir o planejamento em saúde, de acordo com as necessidades do território e comunidade, a organização do processo de trabalho, coordenação e integração das ações. Importante ressaltar que o gerente não seja profissional integrante das equipes vinculadas à UBS e que possua experiência na Atenção Básica, preferencialmente de nível superior.

De acordo com Portaria nº 3.436, de 21 de setembro de 2017 são atribuições específicas dos profissionais das equipes que atuam na Atenção Básica:

Enfermeiro:

I. - Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias vinculadas às equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outras), em todos os ciclos de vida;

II. - Realizar consulta de enfermagem, procedimentos, solicitar exames complementares, prescrever medicações conforme protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão;

III. - Realizar e/ou supervisionar acolhimento com escuta qualificada e classificação de risco, de acordo com protocolos estabelecidos;

IV. - Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;

V.- Realizar atividades em grupo e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços, conforme fluxo estabelecido pela rede local;

VI. - Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos técnicos/auxiliares de enfermagem, ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe;

VII. - Supervisionar as ações do técnico/auxiliar de enfermagem e ACS;

VIII. - Implementar e manter atualizados rotinas, protocolos e fluxos relacionados a sua área de competência na UBS;

IX.- Exercer outras atribuições conforme legislação profissional, e que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

Técnico e/ou Auxiliar de Enfermagem:

I. - Participar das atividades de atenção à saúde realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros);

II. - Realizar procedimentos de enfermagem, como curativos, administração de medicamentos, vacinas, coleta de material para exames, lavagem, preparação e esterilização de materiais, entre outras atividades delegadas pelo enfermeiro, de acordo com sua área de atuação e regulamentação; e

III. - Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação

A Enfermagem destaca-se em Campo Maior por sua importância na assistência à saúde da população, sendo a maior categoria profissional da área da saúde, desenvolvendo ações de promoção e recuperação da saúde e prevenção de doenças da população coberta pela Estratégia de Saúde da Família.

Um profissional de enfermagem através de conhecimentos e informações é capaz de avaliar individualmente ou coletivamente situações reais cotidianas e desenvolver por meio de atitudes de julgamento um conjunto de habilidades. As boas práticas de enfermagem resultam da qualidade da assistência de enfermagem e estão diretamente relacionadas à organização dos serviços de enfermagem e às competências dos profissionais.

Diante disto, este Regimento Interno do serviço de enfermagem na Atenção Primária em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Maior, tem o objetivo de subsidiar, orientar, fundamentar, normatizar e documentar o serviço de enfermagem nas Unidades de Saúde. É um instrumento normativo que direciona e disciplina o serviço de enfermagem nas unidades de saúde, definindo as atribuições da categoria no intuito de qualificar a assistência de enfermagem e oferecer respaldo aos profissionais. As normas e rotinas apresentadas serão também referência para a capacitação dos profissionais.

Segundo o Decreto nº. 94.406, de 8 de junho de 1987, regulamentador da Lei nº. 7.498 de 25 de junho de 1986 ao enfermeiro incube a chefia de serviço e de unidade de enfermagem. Os auxiliares e técnicos de enfermagem devem segundo a este mesmo decreto, seguir orientações, prescrições e desenvolver todas as funções sob a supervisão direta do enfermeiro, responsável legal, também pelos cuidados de maior complexidade.

A elaboração deste Regimento Interno de Enfermagem baseia-se na Lei nº 7.498/86 e Decreto Lei 94.406/87, que regulamenta o exercício profissional da enfermagem, Código de Ética dos Profissionais da Enfermagem e nos Protocolos Assistenciais de enfermagem.

1.2 REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE / SMS – CAMPO MAIOR

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES OU OBJETIVOS

Organizar, orientar e documentar todo o desenvolvimento do Serviço de Enfermagem, visando cumprir sua missão, que consiste no compromisso e dever dos profissionais da enfermagem para usuários, família, comunidade e equipe de saúde.

Art. 1º - O Serviço de Enfermagem tem por finalidade:

- I - Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade de maneira integral, humanizada, respeitando o contexto sociocultural e familiar;
- II – Integrar os serviços de saúde da Atenção Primária a Saúde com os outros pontos de atenção da rede, respeitando os preceitos éticos e legais da profissão, os princípios do SUS e da Atenção Primária a Saúde;
- III - Desenvolver e utilizar instrumentos de avaliação e de monitoramento do serviço, visando o aperfeiçoamento e o trabalho em equipe;
- IV- Promover e colaborar em programas de ensino e educação continuada da equipe de enfermagem e dos ACS.

V- Atuar na promoção, proteção, recuperação da saúde e reabilitação do cidadão, da família e da coletividade, respeitando os preceitos éticos e legais e os princípios do SUS e da Atenção Primária à Saúde;

CAPÍTULO II

Da posição:

Posicionar o serviço de enfermagem no organograma institucional.

Art. 2º - O Serviço de Enfermagem das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de campo Maior é coordenado tecnicamente por enfermeiros.

Segue as diretrizes do SUS e da Atenção Primária à Saúde, sendo composto por Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem. Os profissionais prestam assistência aos indivíduos, família e comunidade, sejam integrantes das Equipes de Saúde da Família ou de Apoio. Os técnicos e auxiliares em enfermagem estão subordinados tecnicamente ao Enfermeiro e todos administrativamente à gerência local.

CAPÍTULO III

Da composição:

Art. 3º - O pessoal que compõe o Serviço de Enfermagem está assim classificado:

I – Enfermeiro / Enfermeiro RT

II- Técnico de Enfermagem

III- Auxiliar de Enfermagem

CAPÍTULO IV

Da competência

Art. 4º - À Unidade Básica de Saúde Compete:

Fomentar e desenvolver ações e serviços no sentido de intervir no processo de saúde-doença da população, ampliando a participação e o controle social com vistas à Vigilância à Saúde na defesa da qualidade de vida.

Art. 5º - Ao Enfermeiro RT (Responsável Técnico) Compete:

- a) Desenvolver ações que facilitem a integração entre os profissionais de enfermagem;
- b) Favorecer a integração entre a Unidade de Saúde e o Conselho Regional de Enfermagem;
- c) Assegurar que as ações de enfermagem ocorram de acordo com o código de ética de enfermagem e LEI 7498/86;
- d) Acompanhar a implementação de Protocolos e Rotinas Assistenciais de enfermagem elaborados pela Secretaria Municipal Da Saúde;
- e) Manter atualizada junto ao COREN-PI a relação de profissionais de enfermagem que atuam na sua Unidade;
- f) Viabilizar aos profissionais de enfermagem treinamentos sistematizados, propiciando um melhor desenvolvimento de suas atividades;
- g) Enviar a cópia de visita fiscalizatória do COREN às devidas instâncias responsáveis pelo serviço de enfermagem na Atenção Básica.

Art. 6º - Ao Enfermeiro Compete:

Lei 7498/86 Art. 11

O Enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe: PRIVATIVAMENTE:

- Direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem;
- Organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;
- Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem;
- Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;
- Consulta de enfermagem;
- Prescrição da assistência de enfermagem;
- Cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida;
- Cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas. (Lei 7498/96).

Compete ainda aos profissionais de enfermagem de Centros de Saúde, de maneira integrada com a equipe da Unidade de Saúde, dentro de suas atribuições, desenvolverem ações individuais e coletivas. Tais atividades devem basear-se nos princípios que constituem as bases do Sistema Único de Saúde: universalidade, equidade e integralidade; assim como nas diretrizes do modelo assistencial da Atenção Primária à Saúde de Campo Maior-Pi: acessibilidade, educação permanente, intersetorialidade, gestão democrática, humanização e qualidade da atenção.

- Atuar no desenvolvimento das atividades de planejamento e avaliação das ações de saúde, no âmbito da área de abrangência do centro de saúde;
- Desenvolver ações de prevenção e monitoramento dirigidas às situações de risco para a população, conforme plano de ação da equipe;
- Desenvolver ações de promoção, proteção, tratamento, recuperação e reabilitação da saúde da população, conforme o planejamento da equipe de saúde;
- Desenvolver monitoramento dos indicadores de saúde, avaliando impacto das ações planejadas.

Na prestação de cuidados, compete aos profissionais de enfermagem a organização do processo de trabalho em unidades produtivas como:

- I- Sala de vacina;
- II- Sala de Curativo;
- II - Sala de observação de Enfermagem;
- III- Sala de observação de enfermagem;
- IV- Sala de coleta de material para exame laboratorial;
- V- Sala de preparo de materiais para esterilização;
- VI- Farmácia;
- VII-Consultório onde são desenvolvidas as consultas pelo enfermeiro.

CAPÍTULO V

Do Pessoal e seus Requisitos

Os profissionais de enfermagem devem obrigatoriamente possuir registro no COREN, com jurisdição na área onde ocorra o exercício - Art. 2º da Lei 7498/86.

Art. 9º - Requisitos necessários aos cargos:

I - Enfermeiro:

a) Efetivo: Ser aprovado no processo seletivo (SMS-CM);

Contratado: outro processo seletivo regulamentado pelo município (CM)

b) Apresentar no desempenho de suas funções: compromisso, responsabilidade, trabalho em equipe, iniciativa, postura ética e conhecimento técnico.

II – Técnico de Enfermagem

a) Ser aprovado no processo seletivo (SMS-CM);

b) Apresentar no desempenho de suas funções: compromisso, responsabilidade, capacidade de trabalho em equipe, iniciativa, postura ética e conhecimento técnico.

III- Auxiliar de Enfermagem:

a) Ser aprovado no processo seletivo (SMS-CM);

b) Apresentar no desempenho de suas funções: compromisso, responsabilidade, capacidade de trabalho em equipe, iniciativa, postura ética e conhecimento técnico.

1.2.1 ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

CAPÍTULO VI

Do Pessoal e suas Atribuições

Atribuições do pessoal em conformidade com a legislação e normas vigentes, Lei 7498/86 e Decreto 94406/87.

Art.6º São atribuições do Enfermeiro:

I - Planejar, coordenar, executar e avaliar as ações de assistência integral de enfermagem em todas as fases do ciclo de vida do cidadão e coletividade, considerando o contexto sociocultural e familiar.

II - Supervisionar a assistência de enfermagem, as ações de imunização, administração de medicamentos, curativos, bem como avaliar o procedimento de coleta de material para exame e a dispensação de medicamentos realizados pelos técnicos de enfermagem.

III - Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência de enfermagem, de acordo com as disposições legais da profissão previstas pela Resolução Cofen nº. 159/1993.

IV - Realizar acolhimento com Classificação de Risco dos usuários utilizando o protocolo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Maior.

V - Realizar atendimento domiciliares programadas e por demanda espontânea.

VI - Solicitar exames complementares e prescrever medicamentos, mediante consulta de enfermagem e medidas de conforto, em conformidade com os protocolos assistenciais e notas técnicas emitidos pela SMS-CM e com as disposições legais da profissão previstas pela Resolução Cofen Nº. 371/2008.

VII - Prestar assistência de Enfermagem em situações de urgências e emergências clínicas na UBS, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada, através do referenciamento necessário e adequada, para outros pontos da rede, conforme fluxos institucionais.

VII I- Planejar, coordenar e supervisionar, as atividades desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

IX - Planejar e coordenar a capacitação e a educação permanente da equipe de enfermagem e ACS, executando-as com a participação dos demais membros da equipe do Centro de Saúde.

X - Participar das reuniões periódicas da eSF.

XI - Promover e coordenar juntamente com a gerência local as reuniões periódicas da equipe de enfermagem, visando o entrosamento e também o enfrentamento dos problemas identificados.

XII- Registrar as ações de enfermagem no prontuário do paciente, no sistema de informação e outros formulários e documentos da instituição.

XIV- Participar de atividade de regulação assistencial, buscando o uso racional e a priorização dos recursos disponíveis para casos com maior vulnerabilidade clínica, familiar e social.

- XV- Elaborar a escala da equipe de enfermagem conforme diretriz institucional. XVI– Planejar, executar e participar de atividades educativas coletivas de prevenção, promoção e recuperação da saúde com a participação da equipe multidisciplinar.
- XVII- Acompanhar a previsão e provisão de materiais e insumos relacionados a procedimentos de enfermagem e médicos.
- XVIII- Supervisionar, coordenar e avaliar o processo de limpeza, desinfecção de instrumentais, superfícies e artigos, dos setores onde ocorrem procedimentos Enfermagem e médicos.
- XIX- Zelar pelos equipamentos e pelo patrimônio público.
- XX- Participar de eventos, reuniões, matriciamentos e capacitações relacionadas à assistência à saúde.
- XXI- Acolher o usuário de forma humanizada, respeitando seus valores étnicos e sociais.
- XXII- Participar de ações vigilância em saúde.
- XXIII- Realizar, acompanhar e coordenar o processo de trabalho para atendimento da demanda espontânea e das ações programadas de enfermagem.
- XXIV- Participar da elaboração e atualização de protocolos, notas técnicas e diretrizes para os serviços de enfermagem, quando solicitado pela SMS.
- XXV- Participar da elaboração de medidas que visem a cultura de segurança do usuário e dos profissionais, durante a assistência de enfermagem.
- XXVI- Participar das iniciativas de saúde ocupacional e de biossegurança, conforme diretrizes institucionais.
- XXVII- Participar da elaboração do diagnóstico epidemiológico local do território sob sua responsabilidade.

Art.7º São Atribuições do Técnico de Enfermagem /Auxiliar de Enfermagem:

- I- Participar do planejamento, execução e avaliação das ações de assistência de enfermagem integral ao indivíduo, família e/ou comunidade, conforme sua

competência técnica e legal, considerando o contexto sociocultural e familiar do cidadão, sob a supervisão do enfermeiro.

III- Realizar procedimentos de enfermagem: imunização, micronebulização, oxigenoterapia, curativos, retirada de pontos, verificação dos sinais vitais, teste do pezinho, administração de medicamentos, , verificação de dados antropométricos, coleta de amostras para exames laboratoriais, farmácia, glicemia capilar, ECG e organização de consultórios, sob a supervisão do enfermeiro conforme escala de enfermagem, protocolos e diretrizes institucionais.

III- Realizar visitas domiciliares programadas e por demanda espontânea.

IV- Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas no Centro de Saúde, sob a supervisão do Enfermeiro.

V-Orientar o usuário para consultas de enfermagem e médicas, exames, tratamentos e outros procedimentos.

VI-Participar de capacitação e educação continuada promovidas pela SMS- CM, pelo enfermeiro e/ou demais membros da equipe.

VII- Executar o processo de limpeza, desinfecção de instrumentais, superfícies e artigos, dos setores onde ocorrem procedimentos Enfermagem e médicos, bem como a reposição de insumos.

VIII- Participar das reuniões periódicas da eSF, da equipe enfermagem e da Unidade de saúde.

IX–Participar e colaborar na elaboração e execução de atividades educativas, coletivas de prevenção, promoção e recuperação da saúde.

X- Registrar ações de enfermagem no prontuário do paciente, em formulários, ou em outros instrumentos institucionais.

XI- Manter organizados os setores de enfermagem, zelando pelos equipamentos e pelo patrimônio público.

XII- Acompanhar o usuário no transporte em ambulância sob a orientação do enfermeiro e/ou médico, nos casos de menor complexidade.

CAPÍTULO VII

Do horário de trabalho

Art.8º O atendimento do Serviço de Enfermagem deve ser garantido durante todo o horário de funcionamento das Unidades Básica de Saúde, inclusive durante o almoço, reuniões gerais e treinamento dos profissionais, realizando o revezamento dos trabalhadores.

CAPÍTULO VIII

Das disposições Gerais ou Transitórias

Art.9º Todos os profissionais de enfermagem deverão apresentar-se ao trabalho no horário determinado pela SMS-CM.

Art.10º Os profissionais de enfermagem deverão executar as suas atividades com apresentação pessoal apropriada para assistência em saúde, destacando o uso de jaleco, sapatos fechados, devidamente munido de carimbo e carteira de identidade profissional do COREN-PI.

Art.11º O pessoal de enfermagem não poderá cobrar e receber de usuários ou familiares, pagamentos referentes aos serviços prestados durante sua jornada de trabalho.

Art.12º Em sua admissão, o profissional de enfermagem deverá apresentar, além do registro profissional, o “nada consta” fornecido pelo COREN-PI.

Art.13º É fundamental que todos os Enfermeiros e Técnicos/Auxiliares de Enfermagem da rede pública do Sistema Único de Saúde de Campo Maior/ PI, exerçam suas atividades de acordo com a Lei 7498 de 25 Junho de 1986, com Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e com o Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro de Pessoal do Município de Campo Maior.

1.2.2 DIRETRIZES - ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM ATENÇÃO BÁSICA /SMS-CM - ORGANIZAÇÃO BÁSICA DE ENFERMAGEM EM UNIDADES DE SAÚDE

E imprescindível que o ENFERMEIRO ao assumir uma Unidade de Saúde tenha ciência de suas responsabilidades técnicas, conhecendo e praticando as

ATRIBUIÇÕES SMS-CM. As atividades prioritárias semanais / diárias permearão:			
1.	CONSULTAS		
Enfoque em cuidados e ações educativas - > educação em saúde. Lembrar: ⇒ A consulta de enfermagem é de alta acuidade e baixa especificidade voltada às necessidades humanas básicas. ⇒ A consulta direcionada exclusivamente ao diagnóstico patológico é de responsabilidade médica.			
	ENFERMEIROS		
2.	.AÇÕES BÁSICAS EM UNIDADES DE SAÚDE		
	ATIVIDADES	DISTRIBUIÇÃO HORARIA IDEAL/semana	ORGANIZAÇÃO SEMANAL
	⇒ Atividade Administrativa	2h	Elaborar a escala da equipe de enfermagem; Produção; Reuniões administrativas
	⇒ Supervisão de Enf. + Procedimentos	10h	Supervisão técnica diária Enfermagem e quando necessário, prestar assistência de Enfermagem em situações de urgências e emergências clínicas na Unidade de Saúde, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada, através do referenciamento necessário e adequado, para outros pontos da rede, conforme fluxos institucionais.
	⇒ Consulta de Enfermagem	20h	20 consultas programadas e 10 por demanda espontânea

	⇒ Grupo Educativo	2h	1 grupo educativo / semana ⇒ Realizar conforme planejamento da unidade.
	⇒ Visita Domiciliária	2h	2 a 4 VD /semana
	⇒ Reunião / Educação em serviço da equipe/ permanente / interna e externa	2h	Realizar conforme planejamento da unidade.
	⇒ Vigilância epidemiológica	2h	Realizar conforme planejamento da unidade. ⇒ Organizar mutirões e campanhas
		Total de 40h/semana	
Obs.: Cabe ao enfermeiro organizar o processo de trabalho diário/semanal e mensal da equipe de enfermagem, atendendo suas atribuições específicas de cada serviço SMS-CM.			

TÉCNICO/AUXILIAR DE ENFERMAGEM			
2.	AÇÕES BÁSICAS EM UNIDADES DE SAÚDE		
	ATIVIDADES (Distribuídas em escala pelo enfermeiro da Unidade)	CARGA HORÁRIA IDEAL	ORGANIZAÇÃO SEMANAL (realizada pelo enfermeiro da Unidade)
	⇒ Procedimentos de Enfermagem / Ações de Vigilância	34h	⇒ Quando necessário auxiliar a equipe de saúde a prestar assistência de Enfermagem em situações de urgências e emergências. ⇒ Participar de mutirões e campanhas
	⇒ Visita Domiciliária	2h	2 a 4 VD / semana
	⇒ Grupo Educativo	2h	01 grupo educativo (com pelo menos 10 participantes e duração de 30 minutos)
	⇒* Educação Continuada Interna ou Externa /	2h	*Rodizar quinzenalmente a carga horária de 2 horas na semana com as atividades de

	Reunião Geral da Unidade de Saúde		educação continuada, reunião de enfermagem ou geral da Unidade de saúde
		Total de 40h/semana	Obs.: Estar ciente da necessidade de rodizar os sítios de trabalho

1.2.3 MODELO DE ESCALA MENSAL DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM

UBS - PS CANTO DO PERIQUITO - CNES 2364603																												
Profissiona I/COREN	FEVEREIRO/2018																											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28

Manhã e Tarde - 8h com intervalo de 2h	
Feriado/Recesso/Folga/Férias	
Sábado e Domingo	

1.2.4 SUPERVISÃO EM ENFERMAGEM – (Visita Técnica)

O processo de supervisão, ou Visita Técnica de enfermagem na unidade de saúde faz parte do dia a dia do enfermeiro:

- Organiza e conduz a equipe;
- Distribui e equaciona as suas atividades;
- Acompanha o andamento do trabalho/verifica condições;
- Acompanha o desempenho do trabalhador;
- Zela pelo cumprimento das normas e rotinas estabelecidas;

- Orienta rotineiramente a equipe;
- Avalia resultados;
- Faz a interface entre o gestor administrativo e a equipe de trabalho.

1.2.5. SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Ordenar; Organizar; Metodizar; Regularizar

A equipe de enfermagem é formada por profissionais com diferentes níveis de formação e habilidades, designadas a conduzir um processo de cuidados voltados para pessoas com necessidades individuais ou a um grupo de pessoas com necessidades coletivas. As intervenções de enfermagem, como a consulta, se voltam ao monitoramento do estado de saúde e à resposta aos tratamentos, à redução dos riscos, às necessidades humanas básicas, aos cuidados específicos das patologias ou agravos à saúde, ao auxílio das atividades da vida diária, dando a informação necessária para a tomada de decisões de forma a intervir no processo saúde-doença individual ou coletivo. O gerenciamento desta equipe é realizado pelo Enfermeiro. Para este profissional está a responsabilidade de realizar o planejamento, a implementação e avaliação das atividades individuais e coletivas da equipe. O resultado das atividades e ações desta equipe são produtos da organização sequencial de atividades, ações e procedimentos realizados de forma metodológica, necessariamente traçada e dirigida pelo enfermeiro. Nas atividades diárias do enfermeiro, além da preocupação com o processo de trabalho da sua equipe, está sua assistência de caráter individual, na realização de suas consultas e de caráter coletivo, quando presta assistência à família e à comunidade. Estas são priorizadas considerando as características locais de morbimortalidade e necessidades da população assistida.

RESOLUÇÃO COFEN-358/2009:

Art. 1º O Processo de Enfermagem deve ser realizado, de modo deliberado e sistemático, em todos os ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem.

§ 1º – os ambientes de que trata o caput deste artigo referem-se a instituições prestadoras de serviços de internação hospitalar, instituições prestadoras de serviços

ambulatoriais de saúde, domicílios, escolas, associações comunitárias, fábricas, entre outros.

§ 2º – quando realizado em instituições prestadoras de serviços ambulatoriais de saúde, domicílios, escolas, associações comunitárias, entre outros, o Processo de Saúde de Enfermagem corresponde ao usualmente denominado nesses ambientes como Consulta de Enfermagem.

Art. 2º O Processo de Enfermagem organiza-se em cinco etapas inter-relacionadas, interdependentes e recorrentes: Coleta de dados de Enfermagem (ou Histórico de Enfermagem); Diagnóstico de Enfermagem; Planejamento de Enfermagem; Implementação; Avaliação de Enfermagem.

Art. 3º O Processo de Enfermagem deve estar baseado num suporte teórico que oriente a coleta de dados, o estabelecimento de diagnósticos de enfermagem e o planejamento das ações ou intervenções de enfermagem; e que forneça a base para a avaliação dos resultados de enfermagem alcançados.

A execução do Processo de Enfermagem DEVE SER REGISTRADO formalmente, envolvendo:

- a) um resumo dos dados coletados sobre a pessoa, família ou coletividade em um dado momento do processo de saúde e doença;
- b) os diagnósticos de enfermagem acerca das respostas da pessoa, família ou coletividade em um dado momento do processo saúde e doença;
- c) as ações ou intervenções de enfermagem realizadas face aos diagnósticos de enfermagem identificados;
- d) os resultados alcançados como consequência das ações ou intervenções de enfermagem realizadas

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um documento administrativo e normativo que permite direcionar as ações exercidas pela Enfermagem, como parte fundamental da equipe multidisciplinar da Atenção Primária, na assistência à saúde ao indivíduo, família e comunidade de Campo Maior.

A partir da concepção deste Regimento, espera-se sensibilizar a equipe de enfermagem da eSF do município de Campo Maior para a importância desse instrumento enquanto auxílio para a padronização e organização do trabalho, bem como proporcionar respaldo do processos de trabalho de enfermagem.

A qualidade da assistência baseia-se na organização e na padronização dos serviços, assim sendo, ressalta-se como essencial o Regimento Interno de Enfermagem.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
2. BERGO, A. M. A. ET AL. Manual técnico: normatização das rotinas e procedimentos de enfermagem nas Unidades Básicas de Saúde / Secretaria da Saúde, Coordenação da Atenção Básica, 2ª ed. SMS, 2014. <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/.../NormaseRotinas02102015>. consultado em 05 de fevereiro de 2018.
3. BONFIM, D. et al.. Padrões de tempo médio das intervenções de enfermagem na Estratégia de Saúde da Família: um estudo observacional. Rev Esc Enferm USP · 2016; 50(1):121-129)
4. COREN-PI. Legislação e Normas. Decreto Nº. 94.406 de 8 de junho de 1987 e a Lei Nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências: 2013.
5. COREN-PI. **Resolução COFEN Nº. 0564/ 2017: Anexo da Resolução COFEN**, Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Piauí, 2017.
6. COREN-PI. **Normas e Diretrizes para Implantação da Sistematização da Assistência de Enfermagem nas Instituições de Saúde Brasileiras**. Piauí, 2007. v. 1,
7. DECKMAN, LR. et al. **Competência gerencial na enfermagem: uma revisão integrativa**. Brasília: Revista Eletrônica Gestão & Saúde, v. 4, n. 2. 2013.
8. IBGE, 2107. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br. Acesso em: novembro de 2017.

9. FIRMINO et al.. Atuação de Enfermeiros na estratégia de saúde da família em um município de minas gerais santa maria, v. 42, n.1, p. 49-58, jan./jun. 2016.